

**FEDERAÇÃO MINHA TERRA NÃO COMPREENDE O DESINVESTIMENTO NOS TERRITÓRIOS RURAIS
SUBJACENTE AO ACORDO DE PARCERIA PORTUGAL 2030
E REIVINDICA INTEGRAÇÃO DO DLBC NAS ABORDAGENS TERRITORIAIS PARA O PERÍODO 2021-2027**

A FEDERAÇÃO MINHA TERRA (FMT), EM REUNIÃO GERAL DE ASSOCIADOS DE 29.NOVEMBRO.2021 E SOB PROPOSTA DA DIRECÇÃO REAFIRMA O EMPENHO NA RENOVAÇÃO DO COMPROMISSO PARA COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL E ASSUME UMA TOMADA DE POSIÇÃO QUE SE PAUTA PELA TOTAL REJEIÇÃO DO ACORDO DE PARCERIA PORTUGAL 2030, NAQUILO QUE CONSIDERA A EXCLUSÃO DO DLBC – DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA DE NATUREZA MULTIFUNDO E, POR CONSEQUENTE, DAS INTERVENÇÕES DOS GRUPOS DE ACÇÃO LOCAL (GAL) ENQUANTO GESTORES DESTAS MEDIDAS TERRITORIAIS.

São três décadas do instrumento DLBC/abordagem LEADER e de experiência adquirida pelos GAL na implementação prática das iniciativas nos territórios no âmbito de estratégias de desenvolvimento local (EDL), que importa continuar a capitalizar e manter ao serviço das parcerias locais, da resposta aos desafios de desenvolvimento e das necessidades e expectativas das comunidades, numa lógica *'de baixo para cima'* (*bottom-up*).

O novo instrumento “Parcerias para a coesão” previsto no Acordo de Parceria, embora aparente manter os princípios do DLBC, incorpora uma abordagem *'de cima para baixo'* (*top-down*) com um carácter “opcional e eventual”, sem expressão financeira, sem integrar sistemas de apoio ao investimento de base local nomeadamente ao empreendedorismo e emprego sustentável, nem o reforço da governança local.

A proposta de Acordo de Parceria encerra uma **perda de capacidade de intervenção no apoio à criação e modernização de micro e pequenas empresas** e na consolidação do emprego sustentável a nível local, face a uma focalização sectorial do PEPAC- Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, acompanhada por uma perda substancial das dotações associadas às Estratégias de Desenvolvimento Local, superior a 40% em relação ao período de programação 2014-2020 e superior a 50% quando se compara com o período 2007-2013. Um retrocesso que consideram preocupante!

Consideram ainda que este é um **momento particularmente pertinente para as respostas locais e de proximidade, que assumem um papel fulcral no contexto pós-pandémico**, na promoção da recuperação e revitalização económica e social, no reforço da coesão territorial, na materialização das oportunidades que resultam das tendências despoletadas ou aceleradas pela pandemia e no apoio a iniciativas transformadoras dos territórios.

EM SEQUÊNCIA, A FMT REAFIRMOU A **IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO E DA VALORIZAÇÃO DO INSTRUMENTO REGULAMENTAR DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)/ABORDAGEM LEADER** NO HORIZONTE 2021-2027, NUMA **LÓGICA DE MULTIFUNDO ENQUANTO SOLUÇÃO QUE PERMITE O APOIO A PROJECTOS LOCAIS DE DIFERENTES SECTORES DE ACTIVIDADE, A PARTIR DE UMA VISÃO ESTRATÉGICA MULTISSECTORIAL E INTEGRADA DO TERRITÓRIO.**

A FMT CONSIDERA AINDA QUE O **REFORÇO DAS PARCERIAS E ACTORES LOCAIS E A SUA RELAÇÃO/COOPERAÇÃO COM OUTROS NÍVEIS/ESCALAS DE GOVERNANÇA**, COM SUPORTE EM **PRINCÍPIOS DA FLEXIBILIDADE, DA AUTONOMIA E DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**, É **FUNDAMENTAL NA PROSECUÇÃO DOS OBJECTIVOS DA POLÍTICA DE COESÃO E DO DESENVOLVIMENTO RURAL PARA UMA EUROPA MAIS PRÓXIMA DOS CIDADÃOS, REINVINDICANDO PARA O EFEITO A INCLUSÃO DO DLBC MULTIFUNDO NO CONJUNTO DAS ABORDAGENS TERRITORIAIS PROGRAMADAS NO ACORDO DE PARCERIA.**

Por fim, considera também que, se este é o **cenário desejável em termos europeus, não existem quaisquer argumentos para que não o seja também em termos nacionais.**

A avançar com esta proposta assistir-se-á a um inevitável e indesejável processo de descapitalização dos territórios rurais e uma perda óbvia da **PROXIMIDADE que se almeja nos e para os Territórios e para as PESSOAS que neles vivem!**

A Direcção da Federação Minha Terra

30/11/2021

Para mais informação/declarações é possível contactar Ana Souto, presidente da Direcção da Federação Minha Terra (967 190 126).